



## Resumo Expandido

<b>Título da Pesquisa:</b> As percepções dos estudantes do IFMG <i>campus</i> Ouro Preto sobre a categoria 'trabalho'.		
<b>Palavras-chave:</b> Educação, trabalho, percepção, qualificação.		
<b>Campus:</b> Ouro Preto	<b>Tipo de Bolsa:</b> PIBIC-Jr	<b>Financiador:</b> IFMG
<b>Bolsista (as):</b> Bianca Emília de Matos e Gabriela Luiza de Deus		
<b>Professor Orientador:</b> Alessandra Gomes Mendes Tostes		
<b>Área de Conhecimento:</b> Ciências Humanas, Sociologia		

**Resumo:** Ao pensarmos o Brasil, como um país vinculado à lógica de funcionamento do capitalismo global, a discussão sobre o 'trabalho' está referida à educação profissional compondo a problemática que associa a reestruturação produtiva à redefinição da categoria trabalho/emprego. Neste sentido, a pesquisa sobre a percepção dos alunos do ensino médio técnico-integrado sobre o 'trabalho', através do levantamento e tratamento dos dados sobre o alunado e a aplicação de entrevistas, como método de pesquisa, permitirá traçar um perfil do papel do Instituto na formação de trabalhadores.

### INTRODUÇÃO:

Os estudos sobre trabalho compõem umas problemáticas centrais na sociedade contemporânea. As transformações ocorridas no 'mundo do trabalho' a partir da Revolução Industrial, configuraram as relações sociais e reorientam as escolhas dos indivíduos na sociedade moderna. Na Sociologia, o trabalho é um tema estruturante desde os pensadores clássicos Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx até a Sociologia do Trabalho contemporânea (ANTUNES, 1995; 2000). A formação da sociedade industrial tornou mais complexa a divisão do trabalho, com a criação de um grande número de ocupações e de formas de organização do trabalho como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo e produção flexível, reconhecidos nos diferentes modos de produção social.

A percepção do trabalho/emprego como atividade de longa duração marcante nas gerações de trabalhadores até o século XX, teve sua credibilidade afetada pelo intenso processo de reestruturação das atividades produtivas, implementado a partir dos anos de 1970. A sociedade capitalista industrializada transformou-se com os novos tipos de articulação entre empresas e países, sob a forte influência da tecnologia da informação e a instituição da produção flexível nas relações de trabalho. A maior competitividade no mercado globalizado pressionou as empresas para a adoção de estratégias de racionalização e redução de custos, com consequências sobre os níveis de emprego. Postos de trabalho desapareceram ou foram reduzidos. A insegurança passou a marcar o cotidiano do assalariado e as formas precárias de trabalho, como a subcontratação, passaram a ser utilizadas como norma e se incorporaram às empresas. Aliados a estes fatores estão a fragilidade da instituição sindical como representante legítimo dos trabalhadores, o que desarticulou a criação de identidades baseadas no trabalho.

A partir deste cenário, há estudos significativos na Sociologia do Trabalho brasileira acerca da reestruturação industrial que atingiu de maneira diferente os setores industriais e algumas regiões do País [Antunes (1995; 2000); Mattoso (1995), Rifkin (1995)]. A renovação das estratégias organizacionais e a flexibilização do trabalho tem sido analisadas no contexto de propostas de democratização das relações de trabalho até a manutenção de práticas autoritárias. Outros estudos mostram que as vantagens anunciadas pela produção flexível não foram confirmadas na prática, uma vez que houve aumento significativo de precarização do emprego, das condições de trabalho e dos salários, e um aumento do desemprego. Daí a importância dos estudos que analisam a correlação entre reestruturação industrial de um lado, e exclusão e pobreza, de outro.

A necessidade de se desenvolver pesquisa na área de estudos do trabalho no Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus Ouro Preto* advém da estreita relação entre educação e trabalho. As transformações ocorridas pressionam a revisão dos paradigmas que norteiam a educação formal e, especificamente, a educação técnica profissionalizante. Atualmente, já é reconhecido que a educação condiciona não somente a empregabilidade dos indivíduos, mas, também a possibilidade de obter empregos e ocupar vagas de trabalho com melhor remuneração e condições gerais. Uma vez que a história do Instituto reflete as mudanças sociológicas ocorridas na sociedade brasileira, é fundamental a compreensão das categorias analíticas centrais neste projeto \_ educação e trabalho, como um caminho para uma análise crítica.

Na história da educação já se reconhece que trabalho e educação são considerados atributos essenciais do homem. E, denominamos trabalho como o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. No entanto, historicamente também, reconhecemos que a divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduziu-se uma cisão na unidade da unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho e, a partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: “uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviços” (SAVIANI, 2002:155).

Com o advento do modo de produção capitalista e a Revolução Industrial, a relação educação e trabalho vai se transformando a partir da redefinição de algumas práticas e instituições sociais. Neste caso reconhece-se que “... a realização da forma escolar no aparelho escolar capitalista é diretamente responsável pelas modalidades segundo as quais este concorre para a reprodução das relações de produção capitalistas. Isto supõe evidentemente que nós elaboraríamos pouco a pouco uma definição sistemática da forma escolar, da qual nós simplesmente indicamos que ela repousa fundamentalmente sobre a separação escolar, a separação entre as práticas escolares e o trabalho produtivo. (*A escola capitalista na França*, Baudelot & Establet, 1971: 298, citado em SAVIANI, 2007:157). Essa terceira hipótese levantada por Baudelot & Establet, sugere o peso decisivo da escola na responsabilidade pela reprodução do modo de produção capitalista. E, a maneira para que a escola cumpra esta função é desenvolver-se como uma instituição separada do trabalho produtivo, ou seja, baseada na separação entre instrução e trabalho (SAVIANI, 2007:157).

Saviani conclui que o desenvolvimento da sociedade de classes consumou a separação entre educação e trabalho. Há de se destacar que ‘separação é também uma forma de relação, ou seja: nas

sociedades de classes a relação entre trabalho e educação tende a manifestar-se na forma de separação entre escola e produção (SAVIANI, 2007:157). Esta separação reflete no modo como se organiza o processo de produção, na maneira como os homens produzem seus meios de vida. E, nas sociedades de classes, a separação entre escola e produção reflete a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Por este aspecto, a separação entre escola e produção não coincide com a separação entre trabalho e educação e, com o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação assume uma 'dupla identidade'. Por um lado, continua-se uma educação, no trabalho manual, conjunta ao próprio processo de trabalho. E, por outro, passa-se ter a educação do tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual." (pg.157).

A universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna. Ao familiarizar os indivíduos com os códigos formais, capacitou-se a integrar o processo produtivo. A introdução da maquinaria que eliminou a exigência de uma qualificação específica impôs um patamar mínimo de qualificação geral equacionado pelos currículos da escola elementar. Mas além do trabalho com as máquinas, era preciso realizar as tarefas de manutenção, reparos, ajustes, e adaptações a novas circunstâncias. O espaço antes ocupado por trabalhadores com preparo intelectual específico para estas tarefas, preparados no interior mesmo da produção, passou a ser ocupado pelos cursos profissionais organizados pelas empresas e por sistemas de ensino, com padrão escolar mais direcionados para as necessidades do processo produtivo (SAVIANI, 2002:159).

Eis que o sistema de ensino bifurcou-se entre as escolas de formação geral e as escolas profissionais. "Estas por não estarem diretamente ligadas à produção, tenderam a enfatizar as qualificações gerais (intelectuais) em detrimento da qualificação específica, ao passo que os cursos profissionalizantes, diretamente ligados à produção, enfatizaram os aspectos operacionais vinculados ao exercício de tarefas específicas (intelectuais e manuais) no processo produtivo considerado em sua particularidade" (SAVIANI, 2002:159). O impacto da Revolução Industrial com a separação entre instrução e trabalho produtivo, o que forçou a escola a ligar-se ao mundo da produção se manifestou de duas maneiras: "a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e 'escolas de ciências e humanidades' para os futuros dirigentes; e a proposta de escola única diferenciada, que efetuava internamente a distribuição dos educandos segundo as funções sociais para as quais se o destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de sua origem social" (SAVIANI, 2002:159).

Na segunda metade do Século XX, alguns organismos internacionais apontaram o ensino técnico como ineficiente, ineficaz e custoso em relação às suas finalidades. Dentre as razões apontadas estão:

- a) a educação secundária profissionalizante de qualidade atraía os filhos de classes mais favorecidas, em detrimento dos filhos das classes trabalhadoras;
- b) os alunos com esse perfil, em vez de se deterem no mercado de trabalho, acabavam se dirigindo às universidades.
- c) a educação profissional não deveria se preocupar com a formação geral do educando, responsabilidade exclusiva da educação básica.

Modificada a estrutura do ensino técnico, avançou-se para o processo de reforma curricular, introduzindo-se a noção de competência como referencia primordial. Por outro lado, alguns campos foram recortados de forma estreita, por demais limitados em relação aos conhecimentos científico-tecnológicos que os caracterizam (RAMOS, 2002).

Diante do quadro da educação no ensino médio no Brasil, evidencia-se que a principal dificuldade está na superação do círculo vicioso de evasão, das taxas de repetência e das condições social e econômica desfavoráveis a manutenção dos jovens na escola, principalmente, entre aqueles pertencentes a famílias de baixa renda. Nestes últimos anos, as iniciativas nos níveis municipal, estadual e federal, como a criação dos Institutos Federal de Educação Tecnológica pelo governo federal, buscam minimizar o impacto da formação e da qualificação dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho. A educação profissional promovida pelo IFMG-*Campus* Ouro Preto, segue as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, regulamentada pelo Decreto 2.028/97, oferecendo além da habilitação de técnicos no nível médio, tecnológico e superior, a qualificação, a requalificação para trabalhadores.

A questão central que se propõe neste projeto é compreender quais são as percepções dos alunos do Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Ouro Preto acerca da categoria trabalho? Como são construídas as identidades associadas ao trabalho entre jovens alunos do ensino médio técnico integrado? Ora, o trabalho como categoria fundante da atividade humana, se transforma conforme os interstícios da organização social e, neste processo, ele vai se modelando através da educação formal. Educação que entendemos como processo amplo de formação do indivíduo. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Ministério da Educação, 2000), a educação tem como função a “formação da pessoa integrada no projeto de sociedade; o aprimoramento do educando como pessoa humana; a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico; a preparação para o mundo do trabalho e cidadania; o desenvolvimento de competências para continuar aprendendo de forma autônoma e crítica”. Partindo dos conteúdos do PCNEM no qual a educação é entendida como processo envolvendo a formação do trabalhador, torna-se fundamental analisar a correlação entre trabalho-emprego profissionalização/competência entre os alunos antes de seu ingresso no mercado de trabalho.

#### **METODOLOGIA:**

As pesquisas nas Ciências Sociais seguem diferentes marcos epistemológicos (DEMO, 1981). Na primeira fase da pesquisa, serão promovidos encontros entre o estudante e a coordenadora para discussão acerca da epistemologia na prática da pesquisa científica e os conceitos sociológicos fundamentais. O IFMG-Ouro Preto conta com 1.251 alunos regularmente matriculados nos curso do Ensino Médio Técnico Integrado. Para os fins aqui pretendidos, será necessária a realização do levantamento dos dados acerca dos alunos ingressos no 1º. ano dos cursos técnicos, e dos alunos regulares do 2º. e 3º. anos, enfatizando origem, dados socioeconômicos, profissão/ocupação/atividade principal dos pais/responsáveis, viável através dos questionários aplicados pela Diretoria de Ensino Técnico. Segue-se ao tratamento dos dados coletados, a construção de um perfil do alunado, e a escolha de amostras representativas do grupo, por ano e curso, como base para aplicação de um questionário na forma de pré-teste. No terceiro momento, será possível mapear grupos significativos e, assim, identificar trajetórias que demonstrem os objetivos aqui pretendidos acerca da percepção do trabalho, utilizando-se da técnica de entrevista.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O presente projeto teve início em maio do corrente ano, tendo cumprido as etapas previstas no planejamento que se referem à revisão bibliográfica e a construção de categorias analíticas, até julho do corrente ano.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ANTUNES, R. L. C. Adeus ao Trabalho? : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª edição ampliada – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). São Paulo: Cortez, 1995. p.158

DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1981.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BRASIL. Secretaria de Educação Básica. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859) (acesso em 20/03/2012)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. BRASIL. “Adolescência: escolaridade, profissionalização e renda. Proposta de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda” (Grupo Técnico para elaboração de propostas de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda). Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, dezembro de 2002.

RAMALHO, J. R. “O trabalho na sociedade contemporânea”. Sociologia: ensino médio. Coordenação Amaury César Moraes. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010. 304 p. Coleção explorando o ensino. Volume 15, Capítulo 4, pp.85 a 103.

RAMOS, M. N. “A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais”. Revista Educação e Sociedade. Campinas, Volume 23, n. 80, setembro/2002, páginas 400-422.

RIFKIN, J. El fin Del trabajo social. Nuevas tecnologías contra puestos de trabajo: El nacimiento de una nova era. Paidós. Estado y Sociedad. 1ª. Ed. Argentina, 1997.

SAVIANI, D. “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”. Revista Brasileira de Educação. Volume 12, n. 34. Jan/abr de 2007. Páginas 152 a165.

SCHWARTZMAN, S., COSÍO, M. B. “Juventude, educação e emprego no Brasil”. Cadernos Adenauer – Geração Futuro, volume VII, n.2, pp. 51-65, 2007.

SERRA, R. M. (Org.) Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001.

SOARES, L. T. R. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Petrópolis. RJ: Vozes, 2001.